Melro Negro

Existe uma lenda tradicional que explica por que os ciganos se espalharam pelo mundo. Ela diz que, no passado, o povo era governado por um grande rei na Índia, em uma cidade próspera e feliz chamada Sind.

Quando a cidade foi invadida e destruída por conflitos, o rei, vendo seu povo perder tudo, deu uma última ordem antes de morrer: "O chão que pisamos sumiu, mas o céu é o mesmo. Caminhem, espalhem-se pelo mundo, mas nunca esqueçam que o sangue de Sind.....

corre em cada um de vocês. Se vocês se unirem pelo coração, nenhuma nação poderá apagar o nosso povo". Desde então, eles se tornaram nômades, carregando a pátria na própria união.

"O vento da noite sopra forte para derrubar a tenda que está sozinha. Mas quando as carroças se alinham em círculo e o fogo é alimentado por todas as mãos, nem a pior tempestade e nem o homem mais poderoso da terra conseguem nos apagar. Fiquem juntos, ou a estrada engolirá vocês."

Autor:
Rombaru

Romanipen Vlax (Kalderash/Lovara)

A Lei do Baxt: Todo cigano deve agir de forma a acumular honra, dignidade, integridade e sorte espiritual para si e para seu sobrenome.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Análise sobre o conceito de Baxt como energia positiva e honra coletiva).

A Lei do Marimé (ou Mahrime): Qualquer ato que quebre as fronteiras da pureza tradicional polui espiritualmente o indivíduo, tornando-o impuro perante o grupo.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Capítulo dedicado à contaminação ritual e exclusão social).

A Lei da Užo: O indivíduo deve manter-se ativamente em estado de užo (limpeza espiritual e física absoluta).

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Definição dos opostos estruturais Užo/Marimé no cotidiano).

A Lei da Responsabilidade Coletiva: O erro ou a vergonha de um indivíduo mancha o sangue e o nome de toda a sua linhagem familiar perante a comunidade.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Estudo sobre os laços de parentesco e solidariedade jurídica familiar).

A Lei do Exílio (Solax): O indivíduo considerado permanentemente marimé deve ser expulso do convívio do povo, perdendo o direito de ser chamado de Rom.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Descrição do ritual de banimento e a perda da identidade jurídica dentro do grupo)

A Lei do Amparo aos Órfãos e Vulneráveis: Nenhuma criança ou idoso da comunidade cigana pode ficar desamparado. Se um Rom morre, seus filhos e pais são adotados automaticamente pelo resto do clã, sendo proibido deixá-los sob os cuidados de instituições dos gadjé.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Análise dos direitos da criança na cultura tradicional e a proibição da entrega de órfãos ao Estado).

A Lei da Phralipen (Irmandade Absoluta): Todo Rom deve tratar outro Rom como um irmão de sangue na miséria ou na riqueza, garantindo teto, comida e proteção mútua sem cobrar nada em troca.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Definição de Phralipen como o princípio de fraternidade universal que une a Diáspora Cigana)

A Lei da Patciv (Confiança e Respeito Ritual): A honra de um homem é medida pela sua capacidade de demonstrar respeito ritual (patciv) através da hospitalidade extrema e do reconhecimento público do valor de outros chefes de família.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Estudo do banquete de Patciv e o valor da etiqueta social e respeito mútuo como mantenedores da paz).

A Lei do Darane Roma (Medo do Além): É proibido perturbar o espírito dos mortos (Mulo). Os vivos devem seguir rituais rígidos para garantir que a alma do falecido vá para o descanso eterno, evitando que ela retorne para assombrar ou contaminar a linhagem viva.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Capítulo focado na cosmovisão sobre a morte, o espírito Mulo e os tabus funerários).

A Lei da Kintala (Equilíbrio do Destino): O indivíduo deve buscar ativamente a harmonia mental, espiritual e material. A falta de moderação ou a ganância rompem o equilíbrio existencial determinado pelo destino, atraindo o Marimé (desgraça e impureza) instantaneamente.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Análise sobre a Kintala e a filosofia de equilíbrio existencial dentro da cultura Rom).

A Lei do Luto Familiar (Mulo Patciv): A morte de um membro da linhagem exige um período de luto ritual restrito (geralmente de um ano), onde são proibidas festas, músicas e roupas coloridas na família. O descumprimento desta lei destrói o respeito (patciv) da parentela perante o clã

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Estudo sobre os ritos de passagem ciganos, a dor coletiva e as regras de etiqueta no luto).

As Leis do Corpo e da Higiene

A Lei da Divisão Corporal: O corpo humano é dividido estritamente no umbigo; a parte superior é pura (užo), e a parte inferior é potencialmente impura (marimé).

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Mapeamento das polaridades corporais e tabus anatômicos Vlax).

A Lei da Lavagem de Roupas Altas: Camisas, lenços e roupas usadas acima da cintura devem ser lavadas separadamente de qualquer outra peça.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Sistematização das regras domésticas de lavanderia e pureza).

A Lei da Lavagem de Roupas Baixas: Calças, saias e roupas íntimas (zonas inferiores) devem ser lavadas em baldes separados das roupas superiores.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Análise sobre os baldes específicos e a contaminação cruzada de tecidos).

A Lei dos Panos de Cozinha: Os panos utilizados para secar pratos, talheres ou mesas de refeição jamais podem tocar o corpo de uma pessoa ou panos de limpeza geral.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Regras estritas de isolamento de utensílios que tocam a comida).

A Lei do Toque das Saias: A saia de uma mulher casada nunca deve tocar objetos de uso comum dos homens ou alimentos enquanto ela caminha.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Explicação do tabu do Diklo e o movimento físico das saias longas Kalderash).

A Lei dos Utensílios Trincados: Alimentos ou bebidas nunca devem ser servidos em pratos ou copos trincados ou lascados, pois acumulam impureza de manipulação.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Observação etnográfica sobre o descarte imediato de louças danificadas).

A Lei do Toque dos Pés (Vlax Tabu): É terminantemente proibido tocar alimentos, mesas de refeição ou utensílios de cozinha com os pés ou sapatos, sob pena de tornar a comida e o ambiente marimé de forma imediata.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Análise sobre a impureza extrema associada aos membros inferiores e calçados).

A Lei do Isolamento do Banheiro: Os banheiros e fossas devem ser posicionados o mais distante possível da cozinha e das áreas de preparação de alimentos no acampamento ou residência.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Mapeamento espacial das habitações ciganas tradicionais e controle de vetores de marimé).

A Lei da Água Corrente (Melalo): A lavagem das mãos, do rosto e dos alimentos deve ser feita exclusivamente em água corrente. Água estagnada ou acumulada em bacias após o primeiro uso é considerada melalo (suja/contaminada) e espalha impureza.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Rituais de higiene e a preferência histórica por fontes de água em movimento).

A Lei da Pureza dos Animais Domésticos: Animais que se limpam lambendo o próprio corpo ou que comem sujeira (como cães e gatos) são estritamente proibidos de entrar na cozinha ou tocar em utensílios de comida. Se um cão lamber um prato, o objeto torna-se marimé e deve ser destruído imediatamente.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Análise sobre os tabus de contaminação animal dentro das habitações Rom).

A Lei do Grooming e Preparação Física:
Atividades de higiene pessoal íntima, como cortar as unhas, barbear-se, pentear o cabelo ou cortar o cabelo, jamais podem ser feitas perto da mesa de refeições ou na cozinha. Os restos de cabelos e unhas devem ser recolhidos e descartados ritualmente longe do alcance de outras pessoas.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Mapeamento dos tabus de manipulação de queratina e higiene diária).

A Lei da Restrição Noturna do Marimé:
Roupas íntimas, saias e calças lavadas (peças inferiores) nunca devem ser deixadas no varal do lado de fora durante a noite, pois o orvalho e a escuridão fixam a energia impura na vestimenta, exigindo uma nova lavagem em balde isolado antes do uso.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Estudo sobre os rituais de secagem de roupas e superstições físicas noturnas).

As Leis do Ciclo da Vida do povo Vlax

A Lei do Resguardo do Parto: A mulher que dá à luz é considerada temporariamente impura e deve permanecer isolada de rituais e da cozinha por até seis semanas.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Análise sobre os ritos de transição biológica e isolamento protetivo).

A Lei da Pureza Pós-Parto: Todos os objetos e roupas utilizados pela mãe durante o período de parto devem ser destruídos ou purificados ritualmente após o resguardo.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Práticas de descarte de bens materiais contaminados pelo processo de nascimento).

A Lei da Virgindade: A preservação da pureza da mulher antes do casamento é uma lei de honra inegociável para a reputação da família de origem.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (O casamento tradicional e as garantias de honra interfamiliares).

A Lei do Casamento Interno (Endogamia): Os casamentos devem ocorrer preferencialmente dentro do povo Rom para evitar a contaminação das linhagens sanguíneas e a perda da identidade.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Mecanismos de preservação demográfica e cultural dos subgrupos).

A Lei do Casamento Arranjado (Mangavipen): Os casamentos tradicionais estáveis devem ser negociados e acordados formalmente entre os chefes das duas famílias envolvidas, priorizando a aliança política e o respeito mútuo entre as linhagens.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Estudo etnográfico sobre os dotes, negociações familiares e o ritual do Mangavipen).

A Lei do Darro (O Dote Tradicional): A família do noivo deve pagar uma compensação financeira ou em bens (darro) à família da noiva, não como compra, mas para cobrir os custos de criação e garantir a seriedade do compromisso de honra perante o clã.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (A função sociológica e jurídica do dote Vlax entre Kalderash).

A Lei da Menstruação (Vlax Tabu): Durante o período menstrual, a mulher não deve cozinhar para os homens do clã nem tocar em suas roupas ou objetos pessoais superiores, devendo recolher-se temporariamente para proteger o grupo do risco de marimé.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Estudo sobre os tabus de sangue e dinâmicas de gênero diárias).

A Lei da Maioridade Social pelo Casamento: O indivíduo (homem ou mulher) só adquire o status pleno de adulto e voz ativa nas decisões da comunidade após o casamento. O solteiro, independentemente da idade cronológica, permanece sob a tutela jurídica do chefe da família.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Análise sobre a transição de status social e os ritos de maturação).

A Lei do Nome Oculto (Rromané Anav):
Toda criança deve receber um nome romani tradicional usado estritamente dentro da comunidade, enquanto seu nome civil oficial (do mundo exterior) serve apenas para lidar com os gadjé, protegendo a essência espiritual e a identidade do indivíduo de influências externas.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Estudo sobre o bilinguismo nominal e proteção de identidade).

A Lei do Resguardo e Estatuto da Viúva:
Após a morte do marido, a viúva (Pivli) deve manter um comportamento de extrema discrição e respeito à memória do falecido, ficando sob a proteção e sustento da família do marido ou de seus filhos homens, sendo proibida de casar-se imediatamente sem a autorização dos anciãos.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (O papel da viúva e as redes de amparo interfamiliares).

A Lei do Reconhecimento de Paternidade e Linhagem: A filiação e o pertencimento a um clã específico são determinados pela linhagem paterna. Um filho nascido fora de um casamento reconhecido pela comunidade só será aceito como Rom pleno se o pai assumir publicamente a paternidade perante o conselho de anciãos.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Estruturas de parentesco patrilineal e legitimidade jurídica).

As Leis da Autoridade e Governança do povo Vlax

A Lei da Primazia dos Anciãos: Os homens mais velhos (Phure Rom) detêm a palavra final sobre a interpretação das tradições, rituais e costumes do povo.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (O papel político da gerontocracia na preservação da memória).

A Lei da Submissão à Kris: Qualquer disputa comercial, territorial, financeira ou moral grave entre famílias deve ser levada à Kris Romani (o tribunal tradicional de anciãos).

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Estrutura e funcionamento do tribunal de arbitragem Vlax).

A Lei do Veredicto Inquestionável: A decisão tomada pelos juízes (Krisntor) da Kris é soberana; recusar o veredicto resulta em exclusão imediata e banimento do grupo.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (A eficácia das sanções jurídicas e o respeito à autoridade coletiva).

A Lei do Juramento Oral: A palavra dita e empenhada diante de testemunhas do grupo tem força jurídica total, dispensando e rejeitando qualquer necessidade de registros escritos.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (A oralidade como contrato social e valor supremo de honra).

A Lei da Composição dos Juízes (Krisntor): Os juízes de uma Kris devem ser escolhidos em comum acordo pelas partes envolvidas na disputa. Devem ser homens casados, respeitados, de linhagens neutras e que não possuam interesse direto ou parentesco próximo com os envolvidos no caso.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé. Companhia das Letras, 1996. (Critérios de imparcialidade e seleção dos membros do tribunal).

A Lei do Sórax (O Juramento Sagrado): Em casos onde não há provas materiais ou testemunhas de um crime ou dívida, o acusado pode ser submetido ao Sórax, um juramento ritualístico solene de inocência invocando a ira divina ou o espírito dos mortos se ele estiver mentindo. Mentir no Sórax destrói a alma do indivíduo perante o grupo.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (O papel do juramento religioso como mecanismo de prova no direito cigano).

A Lei do Financiamento da Kris: Os custos de convocação da Kris (deslocamento dos juízes, alimentação e o banquete de encerramento) devem ser arcados em partes iguais pelos litigantes ou integralmente pela parte que for declarada culpada ao final do processo, conforme estipulado pelos juízes.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Aspectos econômicos e custas do processo jurídico tradicional).

A Lei da Não Intervenção dos Gadjé (Denúncia Tabu): É terminantemente proibido levar disputas internas da comunidade ou denunciar outro Rom às autoridades policiais ou judiciais do mundo não cigano. Resolver conflitos internos através do sistema legal dos gadjé é considerado uma quebra gravíssima de lealdade, punida com o Marimé imediato e o exílio.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (O princípio da autonomia jurídica e o tabu da denúncia externa).

A Lei da Jurisdição Territorial Territorial (Kumpania): Cada grupo ou acampamento local (Kumpania) possui soberania sobre suas atividades econômicas e zonas territoriais de trabalho. Uma linhagem estrangeira não pode se instalar ou comercializar em território de outra sem pedir autorização prévia e formal ao chefe local.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (A organização territorial da Kumpania e regras de convivência econômica regional).

A Lei do Asilo e Proteção ao Fugitivo: Um Rom que esteja fugindo de uma perseguição injusta ou de conflitos com não ciganos tem o direito de pedir asilo a qualquer outra comunidade Vlax. O grupo acolhedor é obrigado a dar proteção e abrigo temporário, desde que o refugiado se submeta imediatamente às regras e à autoridade dos anciãos locais.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Mecanismos de solidariedade intergrupal e redes de refúgio na diáspora).

As Leis de Relação com os Gadjé

A Lei do Segredo Cultural: Os rituais internos, os significados profundos das leis de pureza e as decisões da Kris devem permanecer estritamente ocultos e jamais revelados ao mundo exterior.

F

onte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (Mecanismos de defesa cultural e manutenção do hermetismo contra a assimilação externa).

A Lei da Fronteira Comercial: É permitido negociar, transacionar, vender e prestar serviços aos gadjé, mas é proibido absorver ou reproduzir seus hábitos sociais íntimos na vida privada.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (A simbiose econômica com o ambiente externo e manutenção de barreiras sociais).

A Lei da Territorialidade Fluida: O povo deve respeitar formalmente as leis civis e criminais do país em que habita, desde que estas não obriguem diretamente a violação dos mandamentos divinos do Romanipen.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (O pluralismo jurídico e a coexistência entre o direito estatal e o direito consuetudinário cigano).

A Lei da Contaminação Espacial (Gadjicané Marimé): Casas, hotéis, banheiros e objetos habitados ou manuseados exclusivamente por gadjé são potencialmente impuros. Ao retornar para o convívio do clã, o Rom deve passar por higienização física e ritual para não trazer resíduos de impureza para o lar.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (A percepção do mundo não cigano como uma fonte externa e permanente de Marimé).

A Lei da Proibição do Casamento com Gadjé (Exogamia Interditada): O casamento formal com uma pessoa não cigana é proibido. O Rom que decide viver e casar-se com um gadjó (homem) ou gadjí (mulher) quebra a linhagem de pureza e enfrenta o risco de exclusão permanente ou perda total de status perante a comunidade.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Regras estritas de casamento e os mecanismos demográficos de exclusão por exogamia).

A Lei da Proteção da Comensalidade: É proibido partilhar refeições íntimas na mesma mesa com gadjé que não conheçam ou não respeitem minimamente as regras de higiene e pureza alimentar ciganas (regras do Nível 2), para evitar o risco de contaminação cruzada dos alimentos.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (A mesa de refeições como espaço sagrado de separação entre ciganos e não ciganos).

A Lei da Linguagem Exclusiva (Rromanés Protegido): É terminantemente proibido ensinar o idioma Rromanés para pessoas não ciganas (gadjé). A língua é considerada o código de segurança supremo do povo e deve ser usada para comunicação secreta em ambientes externos públicos ou comerciais.

Fonte: HANCOCK, Ian. We are the Romani People. University of Texas Press, 2002. (O papel da língua romani como barreira linguística de proteção e sobrevivência histórica).

A Lei da Não Adoção de Crenças Gadjé Relativas ao Romanipen: O cigano pode adotar a religião majoritária do país em que vive (Catolicismo, Ortodoxia, Islamismo, Protestantismo), mas é proibido permitir que as doutrinas dessas igrejas alterem ou anulem os mandamentos de pureza (Marimé/Užo) estabelecidos pelo Romanipen.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (A maleabilidade religiosa externa versus a imutabilidade interna do código de leis).

A Lei da Proibição do Trabalho Assalariado Fixo (Dependência Tabu): É proibido submeter-se a empregos fixos com contratos de subordinação permanente a patrões gadjé, pois isso destrói a liberdade de locomoção e a autonomia econômica do clã. O Rom deve buscar o trabalho autônomo, o comércio ou a prestação de serviços independentes.

Fonte: FONSECA, Isabel. Enterrem-me em Pé: A Longa Viagem dos Ciganos e a sua História. Companhia das Letras, 1996. (Análise sobre o ethos econômico nômade/autônomo e a aversão ao trabalho assalariado fixo).